




Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Sandolândia



PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO 003/2025 DE 24 DE NOVEMBRO
DE 2025.

Câmara Municipal de Sandolândia-TO
Protocolo n.º 322/2025
Data: 24/11/25

Assinatura

"DISPÕE SOBRE O TRATAMENTO JURÍDICO
DIFERENCIADO, FAVORECIDO E SIMPLIFICADO
A SER CONCEDIDO ÀS MICROEMPRESAS,
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE,
MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS,
AGRICULTORES FAMILIARES E PRODUTORES
RURAIS PESSOA FÍSICA DE CONSUMO NAS
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE
SANDOLÂNDIA/TO, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANDOLÂNDIA/TO, no exercício regular
de suas funções, nos termos da Lei Orgânica Municipal e das
demais disposições legais pertinentes, FAZ SABER que o
Plenário desta Casa de Leis Aprova e o Exmo. Sr. Prefeito
Municipal de Sandolândia Sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração
Direta e Indireta do Município de Sandolândia, o tratamento
jurídico diferenciado, favorecido e simplificado às
seguintes categorias econômicas:

- I - microempresas (ME);
- II - empresas de pequeno porte (EPP);
- III - microempreendedores individuais (MEI);
- IV - agricultores familiares;
- V - produtores rurais pessoa física;



Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Sandolândia



VI - cooperativas de consumo.

Parágrafo único. O tratamento previsto nesta Lei observa a Lei Complementar nº 123/2006 e a Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO II - DA PREFERÊNCIA LOCAL E REGIONAL

Art. 2º Os editais de licitação poderão estabelecer margem de preferência para ME e EPP sediadas:

- I - no Município de Sandolândia;
- II - na região definida em edital.

§1º A margem de preferência poderá ser aplicada até o limite de 10% do melhor preço válido.

§2º A aplicação da preferência dependerá de estudo técnico devidamente fundamentado.

§3º A ausência de fundamentação invalida a aplicação da preferência.

CAPÍTULO III - DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

- I - âmbito local: território do Município de Sandolândia;
- II - âmbito regional: área definida no edital;
- III - ME e EPP: definidas na LC nº 123/2006;
- IV - cooperativas de consumo: definidas na Lei nº 5.764/1971;
- V - agricultores familiares e produtores rurais pessoa física: conforme Lei nº 11.326/2006.

CAPÍTULO IV - DOS INCENTIVOS À PARTICIPAÇÃO



Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Sandolândia



Art. 4º A Administração Municipal deverá:

- I - instituir cadastro de fornecedores;
- II - divulgar especificações padronizadas;
- III - evitar exigências desproporcionais;
- IV - dividir itens e lotes conforme capacidade local;
- V - garantir transparência das licitações.

CAPÍTULO V - DO DESEMPATE

Art. 5º A ordem de preferência será:

- I - ME e EPP de Sandolândia;
- II - regionais;
- III - sediadas no Estado do Tocantins.

CAPÍTULO VI - RESERVA DE COTAS

Art. 6º Itens de até R\$ 80.000,00 deverão ser reservados, sempre que possível, a ME e EPP.

CAPÍTULO VII - VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

Art. 7º É vedada a subcontratação da parcela principal do objeto.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Os editais deverão conter cláusulas que garantam a aplicação desta Lei.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Administração poderá expedir normas complementares.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Sandolândia



Câmara Municipal de Sandolândia - TO, 24 de novembro de 2025.

MARCELO GOMES MILHOMEM
VEREADOR - 1º SECRETÁRIO



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no âmbito do Município de Sandolândia, o tratamento jurídico diferenciado, favorecido e simplificado destinado às microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física e cooperativas de consumo, conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e regulamentado pela Lei Federal nº 14.133/2021, novo Marco Nacional de Licitações e Contratos Administrativos.

A adoção de medidas que ampliem a participação de pequenos negócios nas contratações públicas decorre de expressa determinação constitucional, uma vez que o artigo 170, inciso IX, da Constituição da República estabelece o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte, como mecanismo essencial para a promoção do desenvolvimento econômico e social do país.

A Lei Complementar nº 123/2006, ao instituir o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, reforça a necessidade de que a Administração Pública implemente políticas públicas que estimulem a competitividade e assegurem condições mais equânimes aos empreendimentos de menor porte. Tais medidas incluem critérios de desempate, reserva de cotas, priorização local e regional e simplificação de exigências burocráticas.

No âmbito das contratações públicas, esses mecanismos promovem benefícios diretos ao Município, tais como:

- fortalecimento da economia local;
- aumento da geração de emprego e renda;
- estímulo à profissionalização do comércio regional;
- favorecimento do desenvolvimento sustentável;
- redução de custos logísticos e de transporte;
- incremento da arrecadação municipal;
- dinamização da cadeia produtiva local.

Para municípios como Sandolândia, cuja base econômica se apoia fortemente no comércio local, na